

Casa de Pedra Securitizadora de Crédito S.A.
(CNPJ: 31.468.139/0001-98)

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às determinações legais, submetemos à apreciação de V.Sas. o relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Casa de Pedra Securitizadora de Crédito S.A. ("Companhia"), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

A Companhia obteve em 13 de fevereiro de 2019 o registro de Companhia Aberta Categoria "B" junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) cuja sede social está localizada na cidade de São Paulo – SP.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possui os seguintes Certificados de Recebíveis Imobiliários ativos, de sua emissão:

Série	Emissão	Data da Emissão	Quantidade	Valor da Operação	Data do Vencimento
7ª	1ª	13/11/2020	45.200	45.200.000,00	21/02/2025
8ª	1ª	20/07/2020	59.000	59.000.000,00	21/07/2026
13ª	1ª	08/10/2021	100.000	100.000.000,00	21/01/2026
14ª e 15ª	1ª	28/01/2022	21.000	21.000.000,00	22/12/2026
1ª e 2ª	3ª	20/07/2022	124.836	124.836.000,00	21/07/2028
1ª e 2ª	2ª	29/07/2022	68.000	68.000.000,00	21/08/2025
1ª	4ª	07/10/2022	161.585	161.585.000,00	21/01/2027
1ª e 2ª	5ª	24/01/2023	62.500	62.500.000,00	22/12/2026
1ª	6ª	07/06/2023	64.000	64.000.000,00	21/10/2026
1ª e 2ª	7ª	11/05/2023	77.000	77.000.000,00	22/12/2026
1ª e 2ª	8ª	20/07/2023	34.936	34.936.000,00	02/09/2027
3ª e 4ª	8ª	04/06/2024	34.700	34.700.000,00	21/06/2029
1ª	9ª	30/06/2023	35.300	35.300.000,00	21/01/2027
1ª	10ª	31/08/2023	25.800	25.800.000,00	23/11/2026
1ª, 2ª e 3ª	11ª	19/10/2023	87.844	87.844.000,00	21/09/2027
1ª e 2ª	12ª	15/09/2023	328.000	328.000.000,00	21/09/2032
1ª e 2ª	14ª	27/12/2023	57.163	57.163.000,00	21/07/2028
1ª	15ª	04/12/2023	197.130	197.130.000,00	21/05/2027
1ª e 2ª	16ª	29/01/2024	111.115	111.115.000,00	21/12/2027
1ª e 2ª	17ª	13/05/2024	292.022	292.022.000,00	23/07/2030
1ª e 2ª	18ª	12/06/2024	63.300	63.300.000,00	21/09/2027
1ª	19ª	26/03/2024	165.000	165.000.000,00	21/03/2036
1ª e 2ª	20ª	16/09/2024	32.600	32.600.000,00	21/09/2029
1ª e 2ª	22ª	13/12/2024	105.000	105.000.000,00	21/03/2030

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apurou um lucro de R\$ 1.544 mil (lucro de R\$ 1.056 mil em 31 de dezembro de 2023). O patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 2.356 mil (R\$ 1.412 mil em 31 de dezembro de 2023).

São Paulo, 04 de fevereiro de 2025.

A ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos acionistas da
CASA DE PEDRA SECURITIZADORA DE CRÉDITO S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da CASA DE PEDRA SECURITIZADORA DE CRÉDITO S.A. (Companhia), respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CASA DE PEDRA SECURITIZADORA DE CRÉDITO S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Patrimônio Separado, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Indicação de desvalorização dos ativos não financeiros da Companhia

A fim de atender o item 12 (d) do NBC TG 01 (R3) – REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS, executamos procedimentos de auditoria para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- análise da qualidade do ativo da Companhia e de recuperabilidade por tipo de ativo.
- avaliação da continuidade da Companhia e eventual desvalorização dos ativos da mesma através da análise de outros indicadores da Companhia, tais como análise de estrutura de capital, indicadores de liquidez e de rentabilidade.

Provisões para contingências

Provisões e passivos contingentes possuem incerteza inerente em relação ao seu prazo e valor de liquidação. Também, o reconhecimento e a mensuração das provisões e passivos contingentes requerem que a Companhia exerça julgamentos relevantes para estimar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos dos processos judiciais e administrativos dos quais a Companhia é parte envolvida. Essa avaliação é baseada em posições de assessores jurídicos internos e externos e em julgamentos da própria administração.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- confirmação, por escrito, dos consultores jurídicos externos da Companhia sobre: (i) o estágio processual das ações judiciais ativas e passivas; e (ii) estimativa confiável da potencial perda e da classificação de probabilidade de perda entre provável, possível e remota;
- avaliação da competência técnica dos consultores jurídicos internos e externos utilizados pela Companhia;
- avaliação da política contábil adotada para provisionamento das ações judiciais e discussão das premissas em que se pautam as estimativas dos valores provisionados;
- testes de recálculo do valor de exposição dos processos judiciais e administrativos, teste de atualização financeira conforme legislação aplicável;
- testes de passivos contingentes não registrados, com base em pesquisas nos websites dos tribunais de justiça relevantes.

Outros Assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreende o Relatório da Administração, obtido antes da data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos ou expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler as outras informações identificadas acima e, ao fazê-lo, considerar se essas outras informações estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante nas outras informações obtidas antes da data deste relatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e sua controlada continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais eficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2025.

UHY BENDORAYTES & Cia
Auditores Independentes
CRC 2RJ 0081/O-8



GLEYZA BENDORAYTES E SILVA
Contadora
CRC RJ 091330/O-5

Casa de Pedra Securitizadora de Crédito S.A
 CNPJ: 31.468.139/0001-98
 Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Notas	31/12/2024	31/12/2023	Passivo e patrimônio líquido	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	616	1.229	Obrigações trabalhistas	8	137	51
Impostos recuperar	5	1.365	411	Obrigações tributárias		53	30
Outros créditos		21	18	Recursos de terceiros	9	355	786
		2.002	1.658	Contas a pagar		19	9
				Outros credores		2	2
						566	878
Não circulante				Patrimônio líquido	10		
Partes relacionadas	6	893	589	Capital social		20	20
Imobilizado		6	10	Reserva legal		4	4
Intangível	7	21	33	Reserva estatutária		2.332	1.388
		920	632	Resultado do período		-	-
						2.356	1.412
Total do ativo		2.922	2.290	Total do passivo e patrimônio líquido		2.922	2.290

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Casa de Pedra Securitizadora de Crédito S.A**CNPJ: 31.468.139/0001-98****Demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023****(Valores expressos em milhares de reais)**

		2024	2023
Receitas			
Receita líquida com prestação de serviço	11	1.855	1.307
		1.855	1.307
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas com pessoal	12	(763)	(370)
Despesas com serviços prestados	13	(668)	(197)
Despesas gerais e administrativas	14	(92)	(167)
Despesas com impostos e taxas		(31)	(29)
Depreciação e amortização		(18)	(19)
Outras receitas operacionais		(2)	2
		(1.574)	(780)
Resultado antes do resultado financeiro		281	527
Resultado financeiro líquido	15	2.022	1.037
Resultado antes dos impostos		2.303	1.564
Imposto de renda e contribuição social	16	(759)	(508)
Lucro líquido do exercício		1.544	1.056
Resultado por ação – R\$		77,20	52,80
Quantidade de ações (em milhares)		20	20

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Casa de Pedra Securitizadora de Crédito S.A
CNPJ: 31.468.139/0001-98
Demonstração do resultado abrangente dos exercícios findos em 31 de dezembro
de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro líquido do exercício	1.544	1.056
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>1.544</u>	<u>1.056</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Casa de Pedra Securitizadora de Crédito S.A
CNPJ: 31.468.139/0001-98

Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	Reserva de lucros			Resultado do exercício	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária		
Saldos em 31 de dezembro de 2022	20	4	672	-	696
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.056	1.056
Destinação do Lucro					
• Dividendos				(340)	(340)
• Constituição de reservas			716	(716)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	20	4	1.388	-	1.412
Saldo em 31 de dezembro de 2023	20	4	1.388	-	1.412
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.544	1.544
Destinação do Lucro					
• Dividendos				(600)	(600)
• Constituição de reservas			944	(944)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	20	4	2.332	-	2.356

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Casa de Pedra Securitizadora de Crédito S.A**CNPJ: 31.468.139/0001-98****Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 2023.****(Valores expressos em milhares de reais)**

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	1.544	1.056
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do período com os recursos provenientes das atividades operacionais		
Depreciação do imobilizado	5	6
Amortização do intangível	13	13
	1.562	1.075
Variação em ativos e passivos operacionais		
Impostos a recuperar	(954)	230
Outros créditos	(3)	(14)
Empréstimos à funcionários	(325)	(440)
Obrigações trabalhistas	86	34
Obrigações tributárias	23	13
Contas a pagar	10	6
Recursos de terceiros	(432)	178
Outros credores	-	2
	(1.595)	9
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	(33)	1.084
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos pagos	(600)	(563)
Recebimento de mútuo	20	12
Caixa gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos	(580)	(551)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(613)	533
		-
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.229	696
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	616	1.229
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(613)	533

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Casa de Pedra Securitizadora de Crédito S.A
CNPJ: 31.468.139/0001-98
Demonstrações do valor adicionado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	2024	2023
Venda de serviços	2.054	1.447
Outras receitas	-	2
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(792)	(336)
Valor adicionado bruto	1.262	1.113
Retenções		
Depreciação e amortização	(21)	(19)
Valor adicionado líquido produzido	1.241	1.094
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	9.758	4.614
Valor total a distribuir	10.999	5.708
Pessoal	652	316
Impostos, taxas e contribuições	1.069	715
Remuneração de capital de terceiros	7.734	3.621
Remuneração de capitais próprios	1.544	1.056
Valor adicionado distribuído	10.999	5.078

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Casa de Pedra Securitizadora de Crédito S.A

CNPJ: 31.468.139/0001-98

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais e contexto operacional

A Casa de Pedra Securitizadora de Crédito S.A. (“Companhia”), obteve em 13 de fevereiro de 2019 o registro de Companhia Aberta Categoria “B” junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) cuja sede social está localizada na cidade de São Paulo – SP.

Em 27 de maio de 2022, migrou seu registro para “categoria S2” nos termos do artigo 3º da Resolução CVM 60 e não manteve o registro de emissor nos termos da resolução CVM 80.

A Companhia tem como principais atividades: (i) a aquisição e securitização de quaisquer direitos de crédito imobiliário e de títulos e valores mobiliários lastreados em direitos de crédito imobiliário; (ii) a aquisição e securitização de quaisquer direitos creditórios do agronegócio e de títulos e valores mobiliários lastreados em direitos de crédito do agronegócio; (iii) a emissão e a colocação, no mercado financeiro, de capitais e de forma privada, de Certificados de Recebíveis Imobiliários e outros títulos e valores mobiliários lastreados em direitos de crédito imobiliário que sejam compatíveis com as suas atividades; (iv) a emissão e a colocação de forma pública ou privada, no mercado financeiro e de capitais, de Certificados de Recebíveis do Agronegócio e outros títulos e valores mobiliários lastreados em direitos creditórios do agronegócio que sejam compatíveis com as suas atividades; (v) a realização de negócios e a prestação de serviços compatíveis com a atividade de securitização de direitos creditórios do agronegócio ou de direitos de crédito imobiliário e emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários, Certificados de Recebíveis do Agronegócio, ou outros títulos e valores mobiliários lastreados em direitos de crédito imobiliário ou em direitos creditórios do agronegócio, incluindo, mas não se limitando a, digitação de títulos em sistema de mercado de balcão; e administração, recuperação e alienação de direitos de crédito; e (vi) a realização de operações em mercados de derivativos, com a função de proteção de riscos de sua carteira de créditos.

Até 31 de dezembro de 2022 a Companhia havia emitido 18 (dezoito) séries da sua 1ª emissão, em um total de 466.625 Certificados de Recebíveis Imobiliários e um montante de R\$ 466.625 mil de operações.

Até 31 de dezembro de 2022 a Companhia havia emitido 2 (duas) séries da sua 2ª emissão, em um total de 68.000 Certificados de Recebíveis Imobiliários e um montante de R\$ 68.000 mil de operações.

Até 31 de dezembro de 2022 a Companhia havia emitido 2 (duas) séries da sua 3ª emissão, em um total de 124.836 Certificados de Recebíveis Imobiliários e um montante de R\$ 124.836 mil de operações.

Até 31 de dezembro de 2022 a Companhia havia emitido 1 (uma) série da sua 4ª emissão, em um total de 161.585 Certificados de Recebíveis Imobiliários e um montante de R\$ 161.585 mil de operações.

No 1º trimestre de 2023 a Companhia emitiu 2 (duas) séries da sua 5ª emissão, em um total de 62.500 Certificados de Recebíveis Imobiliários e um montante de R\$ 62.500 mil de operações.

Casa de Pedra Securitizadora de Crédito S.A

CNPJ: 31.468.139/0001-98

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

No 2º trimestre de 2023 a Companhia emitiu: 1 (uma) série da sua 6ª emissão, em um total de 64.000 Certificados de Recebíveis Imobiliários e um montante de R\$ 64.000 mil de operações; 2 (duas) séries da sua 7ª emissão, em um total de 77.000 Certificados de Recebíveis Imobiliários e um montante de R\$ 77.000 mil de operações e, 1 (uma) série da sua 9ª emissão, em um total de 35.300 Certificados de Recebíveis Imobiliários e um montante de R\$ 35.300 mil de operações.

No 3º trimestre de 2023 a Companhia emitiu: 2 (duas) séries da sua 8ª emissão, em um total de 34.936 Certificados de Recebíveis Imobiliários e um montante de R\$ 34.936 mil de operações; 1 (uma) série da sua 10ª emissão, em um total de 25.800 Certificados de Recebíveis Imobiliários e um montante de R\$ 25.800 mil de operações e 2 (duas) séries da sua 12ª emissão, em um total de 328.000 Certificados de Recebíveis Imobiliários e um montante de R\$ 328.000 mil de operações.

No 4º trimestre de 2023 a Companhia emitiu: 3(três) séries de sua 11ª emissão, em um total de 87.844 Certificados de Recebíveis Imobiliários e um montante de R\$ 87.844 mil; 2 (duas) séries da sua 13ª emissão, em um total de 56.065 Certificados de Recebíveis Imobiliários e um montante de R\$ 56.065 mil; 2 (duas) séries da sua 14ª emissão, em um total de 57.163 Certificados de Recebíveis Imobiliários e um montante de R\$ 57.163 mil, e 1 (uma) série da sua 15ª emissão, em um total de 197.130 Certificados de Recebíveis Imobiliários e um montante de R\$ 197.130 mil, totalizando R\$ 398.202 mil de operações.

No 1º trimestre de 2024 a Companhia emitiu: 2(duas) séries de sua 16ª emissão, em um total de 111.115 Certificados de Recebíveis Imobiliários e um montante de R\$ 111.115 mil, e 1 (uma) série da sua 19ª emissão, em um total de 165.000 Certificados de Recebíveis Imobiliários e um montante de R\$ 165.000 mil.

No 2º trimestre de 2024 a Companhia emitiu: 2(duas) séries de sua 8ª emissão, em um total de 34.700 Certificados de Recebíveis Imobiliários e um montante de R\$ 34.700 mil, 2 (duas) séries da sua 17ª emissão, em um total de 292.022 Certificados de Recebíveis Imobiliários e um montante de R\$ 292.022 mil e 2(duas) séries de sua 18ª emissão, em um total de 63.300 Certificados de Recebíveis Imobiliários e um montante de R\$ 63.300 mil.

No 3º trimestre de 2024 a Companhia emitiu: 2(duas) séries de sua 20ª emissão, em um total de 32.600 Certificados de Recebíveis Imobiliários e um montante de R\$ 32.600 mil.

No 4º trimestre de 2024 a Companhia emitiu: 2(duas) séries de sua 22ª emissão, em um total de 105.000 Certificados de Recebíveis Imobiliários e um montante de R\$ 105.000 mil.

2. Bases de preparação das informações contábeis

2.1. Bases de apresentação

As informações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas pela Administração da Companhia em 04 de fevereiro de 2025.

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, comparadas com o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Casa de Pedra Securitizadora de Crédito S.A

CNPJ: 31.468.139/0001-98

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.2. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas

Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela CVM.

A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias contidas nas demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas estão em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações financeiras são as seguintes:

3.1 Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

Conforme o IFRS 9 / NBC TG 48, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado em: a custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados abrangentes ("VJORA"); e valor justo por meio de resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros segundo o IFRS 9 / NBC TG 48 é substancialmente estabelecida conforme o modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. As novas políticas contábeis significativas estão descritas a seguir:

Ativos financeiros a custo amortizado - Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Casa de Pedra Securitizadora de Crédito S.A

CNPJ: 31.468.139/0001-98

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Os ativos financeiros da Companhia são substancialmente representados por Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) classificadas ao valor justo por meio do resultado.

Conforme o IFRS 9 / NBC TG 48, no reconhecimento inicial, os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Perda por redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito baseados nas perdas históricas e projeções de premissas relacionadas. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à empresa de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a empresa espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

3.2. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência dos exercícios.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os montantes de caixa e aplicações financeiras com prazo para resgate de até 90 dias da data da aplicação. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos balanços e não superando o valor de mercado.

3.4. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais

Casa de Pedra Securitizadora de Crédito S.A

CNPJ: 31.468.139/0001-98

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.5. Imposto de renda e contribuição social

Os tributos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o tributo também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas obrigações acessórias com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

3.6. Reconhecimento da receita

A receita da administração dos CRI's é reconhecida mensalmente com base na competência da prestação dos serviços e quando há resgates. Está apresentada líquida dos impostos e dos descontos.

3.7. Créditos vinculados e valores mobiliários emitidos (patrimônio separado)

A Companhia atuou somente com operações vinculadas ao regime fiduciário pleno. Pela fidúcia, tais créditos ficam excluídos do patrimônio comum da Companhia, passando a constituir direitos patrimoniais separados, com o propósito específico e exclusivo de responder pela realização dos direitos dos investidores. As operações sujeitas ao regime fiduciário que não contam com coobrigação da Companhia foram apartadas das suas demonstrações financeiras.

Uma vez que a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios a terceiros - venda incondicional de ativos financeiros, a securitização de ativos na qual a Companhia não retém uma dívida subordinada ou concede uma melhoria de crédito ou garantia aos novos titulares, e outras hipóteses similares, o ativo financeiro transferido é baixado e quaisquer direitos ou obrigações retidos ou criados na transferência são reconhecidos simultaneamente. São registrados pelo seu valor de aquisição e captação, respectivamente, acrescidos dos rendimentos e/ou encargos auferidos até a data de encerramento do balanço, os quais não são incorporados ao resultado e ao patrimônio da Companhia, por se constituírem em patrimônio em separado nos termos da Lei nº 9.514/97.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Banco conta movimento	1	2
Aplicações financeiras	615	1.227
	616	1.229

Casa de Pedra Securitizadora de Crédito S.A

CNPJ: 31.468.139/0001-98

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Impostos a recuperar

	31/12/2024	31/12/2023
Crédito INSS – Salário Maternidade	26	-
Saldo negativo IRPJ e CSLL a compensar/restituir	1.335	407
Outros impostos a recuperar	4	4
	1.365	411

6. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possui saldo de transações com partes relacionadas de R\$ 893 (R\$ 589 em 31 de dezembro de 2023).

A Companhia não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da administração.

7. Imobilizado e Intangível

O saldo do imobilizado é composto de:

	Taxa Depreciação Anual	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2024
Imobilizado de uso					
Computadores e periféricos	20%	20	1	-	21
Móveis e utensílios	10%	3	-	-	3
Câmeras de vídeo	20%	7	-	-	7
Total		30	1	-	31

	Taxa Depreciação Anual	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2024
Depreciações					
Computadores e periféricos	20%	(14)	(4)	-	(18)
Móveis e utensílios	10%	(2)	-	-	(2)
Câmeras de vídeo	20%	(4)	(1)	-	(5)
Total		(20)	(5)	-	(25)

Imobilizado de uso líquido	10	(4)	6
-----------------------------------	-----------	------------	----------

O saldo do intangível é composto de:

	Taxa Amortização Anual	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2024
Intangível					
Softwares e programas de computador	20%	65	-	-	65
Total		65	-	-	65

Casa de Pedra Securitizadora de Crédito S.A**CNPJ: 31.468.139/0001-98****Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 e 2023****(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	Taxa				
	Amortização	Saldo em			Saldo em
Amortizações	Anual	31/12/2023	Adições	Baixas	31/12/2024
Softwares e programas de computador	20%	(31)	(13)	-	(44)
Total		(31)	(13)	-	(44)
Intangível líquido		34	(13)		21

8. Obrigações trabalhistas

	31/12/2024	31/12/2023
Salários a pagar	32	14
Encargos sociais a recolher	13	8
Provisão de férias e 13º salário	92	29
	137	51

9. Recursos de terceiros

	31/12/2024	31/12/2023
Recursos de operações em andamento (i)	355	786
	355	786

(i) O saldo em 31 de dezembro de 2024 refere-se a recursos das seguintes operações em andamento:

Operação	31/12/2024	31/12/2023
Casas Botelho	-	250
Setai	-	302
TSR	-	234
Calacatta	204	-
Vitacon	151	-
	355	786

10. Patrimônio líquido**10.1. Capital social**

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito da Companhia era de R\$ 20, representando 20.000 (vinte mil) ações ordinárias, totalmente integralizadas.

10.2. Lucro básico e diluído por ação

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	1.544	1.056
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas	20	20
Lucro básico e diluído por mil ações – em reais	77,20	52,80

Casa de Pedra Securitizadora de Crédito S.A**CNPJ: 31.468.139/0001-98****Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 e 2023****(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período, conforme preconizado pela NBC TG 41 (R2) (Deliberação CVM 636/10) – resultado por ação.

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas.

Não há diferença entre o lucro básico por ação e o lucro diluído pois não há ações ordinárias potenciais que poderiam ser emitidas futuramente e convertidas, bem como adiantamentos para futuro aumento de capital a serem subscritos e/ou integralizados.

11. Receita líquida de serviços prestados

	31/12/2024	31/12/2023
Receita de prestação de serviços	2.053	1.446
(-) Contribuição ao Cofins	(82)	(58)
(-) Contribuição ao Pis	(13)	(9)
(-) Imposto sobre serviços – ISS	(102)	(72)
	1.856	1.307

12. Despesas com serviços prestados

	31/12/2024	31/12/2023
Serviços de auditoria	-	(2)
Serviços advocatícios	(33)	(38)
Serviços de escrituração de CRI	-	(8)
Serviços de apoio administrativo	(485)	(40)
Serviços de Informática	(98)	(91)
Serviços de publicação	(12)	(12)
Outros serviços prestados	(40)	(6)
	(668)	(197)

13. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2024	31/12/2023
Água, luz, telefone e internet	(7)	(4)
Condomínio	-	(58)
Locação de softwares	(11)	(8)
Viagens e estadias	(57)	(40)
Outras despesas administrativas	(17)	(57)
	(92)	(167)

Casa de Pedra Securitizadora de Crédito S.A**CNPJ: 31.468.139/0001-98****Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 e 2023****(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)****14. Despesas com pessoal**

	31/12/2024	31/12/2023
Salários	(321)	(173)
Salário Maternidade	(16)	-
Provisões	(76)	(37)
Prêmios (i)	(86)	(17)
Encargos sociais	(150)	(71)
Benefícios	(114)	(72)
	(763)	(370)

- (i) Bônus pago a colaboradores, decorrente do desempenho da Companhia nos exercícios de 2024 e 2023

15. Resultado financeiro líquido

	31/12/2024	31/12/2024
Receitas de aplicações financeiras	9.610	4.235
Receitas de spread	129	323
Outras receitas financeiras	18	56
Repasse de receitas de aplicações financeiras	(7.733)	(3.554)
Outras despesas	(2)	(23)
	2.022	1.037

16. Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2024	
	IRPJ	CSLL
Resultado antes do IRPJ e CSLL	2.303	2.303
Adições/Exclusões	-	-
(=) Resultado antes da compensação do prejuízo fiscal	2.303	2.303
(-) Compensação de prejuízo fiscal	-	-
(=) Resultado tributado	2.303	2.303
Imp. de renda – alíquota 15%	(346)	-
Imp. de renda – adicional 10%	(206)	-
Contribuição social – alíquota 9%	-	(207)
	(552)	(207)

	31/12/2023	
	IRPJ	CSLL
Resultado antes do IRPJ e CSLL	1.564	1.564
Adições/Exclusões	-	-
(=) Resultado antes da compensação do prejuízo fiscal	1.564	1.564
(-) Compensação de prejuízo fiscal	-	-
(=) Resultado tributado	1.564	1.564
Imp. de renda – alíquota 15%	(235)	-
Imp. de renda – adicional 10%	(132)	-
Contribuição social – alíquota 9%	-	(141)
	(367)	(141)

Casa de Pedra Securitizadora de Crédito S.A**CNPJ: 31.468.139/0001-98****Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 e 2023****(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

17. Demandas judiciais

A Companhia não é parte envolvida em nenhum processo judicial e/ou administrativo nas esferas cível, trabalhista ou tributária que tenham prognóstico de perda provável.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia identificou processos com prognóstico de perda remota no montante de R\$100.

18. Gestão de riscos

Alguns riscos, inerentes à atividade de securitização não são identificados nas operações da Companhia e outros são minimizados pela adoção de mecanismos de proteção e controle, conforme exposto a seguir:

Risco de mercado

Relacionado com a possibilidade de perda por oscilação de taxas, descasamento de prazos ou moedas nas carteiras ativas e passivas. Esse risco será minimizado na Companhia pela compatibilidade entre os títulos a serem emitidos e os recebíveis que lhes darão lastro. No que diz respeito à atividade de tesouraria, as disponibilidades financeiras estão concentradas em aplicações de renda fixa e, quando aplicável, têm os seus saldos ajustados a valor de mercado.

Risco de crédito

Considerado como a possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de problemas financeiros com seus clientes, que os levem a não honrar os compromissos assumidos com a Companhia. Para minimizar esse risco, já na fase de aquisição dos recebíveis, todos os créditos ofertados são submetidos a rigorosa análise qualitativa. Adicionalmente, quando aplicável, os créditos adquiridos estão garantidos por coobrigação dos cedentes, ou garantia real, assegurando a integridade do fluxo de caixa, prevista mesmo na hipótese de inadimplência dos devedores.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido pela possibilidade de escassez de caixa, o que pode acarretar incapacidade de a Companhia honrar seus compromissos de curto prazo. A Companhia realizará constante acompanhamento do grau de descasamento entre os fatores de riscos primário, taxas e prazo entre os ativos e passivos da carteira.

A Companhia manterá níveis de liquidez adequados, resultante da qualidade dos seus ativos, e do controle do risco, adotados como instrumentos de gestão, projeções de liquidez de curto, médio e longo prazo; limites de risco e plano de contingência de liquidez.

Risco operacional

Entendido como relacionado à possibilidade de perdas não previstas decorrentes da inadequação dos sistemas, das práticas e medidas de controle em resistir e preservar a situação esperada por ocasião da ocorrência de falhas na modelagem de operações e na infraestrutura de apoio, de erros humanos, de variações no ambiente empresarial e de

Casa de Pedra Securitizadora de Crédito S.A**CNPJ: 31.468.139/0001-98****Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 e 2023****(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

mercado e/ou das outras situações adversas que atentem contra o fluxo normal das operações. Com o objetivo de minimizar esses efeitos, a Companhia estabeleceu rotinas de verificação, realizada por profissionais diferentes e/ou de área diversa daquela em que o procedimento se originou, as quais serão aplicadas apenas quando a Companhia iniciar suas operações.

19. Informações sobre Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários

Publicação da Resolução CVM nº 60 de 23 de dezembro de 2021 (que revogou as Instruções CVM nºs. 414, de 30 de dezembro de 2004, 443, de 8 de dezembro de 2006, 600, de 1º de agosto de 2018, e 603, de 31 de outubro de 2018).

Essa Resolução dispõe sobre as companhias securitizadoras registradas na CVM, bem como sobre as emissões públicas de títulos de securitização. Nesse contexto, destacamos o art. Art. 25 dessa Resolução que instituiu a assembleia especial de investidores para deliberar, entre outros, sobre as demonstrações financeiras do patrimônio separado apresentadas pela companhia securitizadora, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, em até 120 (cento e vinte) dias após o término do exercício social a que se referirem.

Em atendimento a essa Resolução, e normativos anteriores, a Companhia deixou de fazer constar em suas notas explicativas, as demonstrações financeiras vinculadas aos Patrimônios em Separado por ela instituídos, passando a disponibilizá-las em sua página na rede mundial de computadores.

20. Independência do auditor

Em atendimento à Instrução nº 414/2004 da CVM, registre-se que a Companhia, no período, não contratou nem teve serviço prestado pela UHY Bendoraytes & Cia Auditores Independentes que não aos serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

21. Eventos subsequentes

Em conformidade com as normas brasileiras de contabilidade, a Administração fez suas avaliações e chegou à conclusão de que não ocorreram fatos relevantes a serem divulgados entre a data base do encerramento das informações intermediárias e a data da sua respectiva aprovação.

Pareceres e Declarações / Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras

CASA DE PEDRA SECURITIZADORA DE CRÉDITO S.A.

Em 31 de dezembro de 2024

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em cumprimento à instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

São Paulo, 04 de fevereiro de 2025.

Rodrigo Geraldi Arruy
Diretor Presidente

Pareceres e Declarações / Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras

CASA DE PEDRA SECURITIZADORA DE CRÉDITO S.A.

Em 31 de dezembro de 2024

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Informamos que a companhia não contraiu outros serviços junto ao auditor independente responsável pelo exame das informações financeiras que não sejam relativos a trabalhos de auditoria. Em cumprimento à instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

São Paulo, * de março de 2025.

Rodrigo Geraldi Arruy
Diretor Presidente
